

AS MOVIMENTAÇÕES POPULARES DE 1846 EM VIANA E SEU DISTRITO

Por CÉLIA TABORDA DA SILVA*

Dois anos antes da Rainha D.Maria II elevar Viana a cidade, esta vila e seu distrito foram palco de forte agitação social, repercussão dos grandes motins populares acontecidos na Póvoa de Lanhoso na primavera de 1846.

Desde a vitória, os liberais viram-se confrontados com fortes resistências à sua política, por parte das populações, que redundaram muitas vezes em motins. Essa resistência traduziu-se quer por aclamações ao ex-rei D.Miguel, quer pela acção de guerrilhas e, a nível religioso, pela recusa de participação em actos litúrgicos ministrados pelos padres nomeados pela nova hierarquia eclesiástica e entraves à construção de cemitérios.

Foi, no entanto, o cabralismo que aglutinou todos os descontentamentos contra o liberalismo e culminou com a maior revolta popular do século XIX - a Maria da Fonte.

Os primeiros motins ocorreram na Póvoa de Lanhoso entre 19 e 24 de Março¹, e tiveram como causa directa as leis de saúde que obrigavam aos enterramentos nos cemitérios. Esta medida legislativa além de mexer com a sensibilidade religiosa das populações trouxe-lhes acréscimos fiscais e retirava protagonismo e rendimento às confrarias, suporte da paróquia na vida religiosa, pastoral e económica-patrimonial, na medida em que lhes competia a organização, distribuição das tumbas, o enterro dos pobres e recebimento dos covatos das sepulturas². Esta foi a disposição legal detonadora do conflito, mas também contribuiu para o descontentamento, o levantamento cadastral tendo como objectivo o lançamento de um novo sistema tributário sobre as propriedades, entre outras leis.

* Mestre em História. Universidade Católica Portuguesa

¹ CAPELA, José V.; BORRALHEIRO, Rogério - A Maria da Fonte na Póvoa de Lanhoso. Póvoa de Lanhoso: Câmara Municipal P. de Lanhoso, 1996, p.11.

² IDEM, ibidem, p.54.

O papel principal nestes conflitos coube às mulheres, situação típica de Antigo Regime quer em Portugal quer na Europa, em que as mulheres eram protagonistas dos acontecimentos³. Nesta revolta de 1846 o papel feminino está bem evidenciado no próprio nome, assim como na valentia da mulher minhota pois como salienta Oliveira Martins: «no Minho, como em todas as regiões de estirpe céltica, a mulher governa a casa e o marido; excede o homem em audácia, em manha, em força...»⁴, por isso acaba por ser relevado para segundo plano saber se a personagem que deu nome ao movimento foi real ou figura simbólica. Documentado está o facto de ter sido um movimento de mulheres, que tinham o apoio e protecção dos maridos e família, mas na retaguarda. O que se justifica pela inculpabilização destas, face às penas a que se incorria por desafiar as autoridades. Papel de relevo teve também o clero, caso do padre Casimiro que chegou a organizar e chefiar uma guerrilha.

Quanto à origem dos primeiros motins, alguns autores como Joaquim de Carvalho e Villaverde Cabral atribuíram-lhe um carácter espontâneo⁵. Hoje, face aos conhecimentos sobre a estrutura das comunidades rurais e a função das confrarias paroquiais, será mais exacto falar de organização local ainda que despolidizada face aos grupos políticos com dimensão nacional⁶.

1 - AS LEIS DE SAÚDE E A CONSTRUÇÃO DOS PRIMEIROS CEMITÉRIOS

Os povos do Minho eram profundamente religiosos, como demonstrou Leite de Vasconcelos e Alberto Sampaio⁷. Como diz este último autor, eram capazes de «percorrer muitos lugares para escutarem um pregador de renome» e muito ligados a associações religiosas e confrarias, daí nesta zona do país o seu grande número comparativamente a outras regiões de Portugal.

³ PORCHENEV, Boris - Les soulèvements populaires en France au XVII siècle. Paris: Flammarion, 1972.

⁴ MARTINS, Oliveira - Portugal Contemporâneo. vol.2. Lisboa: Europa-América, p.144.

⁵ CABRAL, Manuel Villaverde - O desenvolvimento da capitalismo em Portugal no séculoXIX. Lisboa: A Regra do Jogo CARVALHO, Joaquim de - "Da Restauração da Carta Constitucional à Regeneração", In História de Portugal, dirigida por Damião Peres, vol.VII.

⁶ PEREIRA, Miriam Halpern - A Maria da Fonte: Entre o Saber e a Dúvida, in Actas do Congresso Maria da Fonte, Póvoa de Lanhoso, 1996, p.26.

⁷ VASCONCELOS, Leite de - Etnografia Portuguesa. vol. IV. SAMPAIO, Alberto - Estudos Históricos e Económicos

Essas associações tinham uma enorme influência junto das populações. A confraria das «Almas», por exemplo, tinha a seu cargo, dentro do quadro da «boa morte» da piedade barroca, todo o ritual que ia desde o acompanhamento do moribundo até aos rituais do enterro, preces e missas pelos mortos. O seu poder económico provinha dos legados para preces e missas e de alguns bens que muitas pessoas lhes deixavam por herança.

As leis liberais relativas à saúde vieram pôr em causa o papel destas confrarias, pois a legislação liberal não se limitava a proibir os enterros no interior das igrejas, elas juntavam a esta interdição uma transformação radical dos rituais fúnebres, regulamentando-os e de certa forma laicizando-os.

A lei de 1835, pelo decreto de 21 de Setembro, especificava em termos básicos que: em todas as localidades deveria ser fundado um cemitério público que deveria ser afastado das zonas residenciais; cada corpo devia ser enterrado numa sepultura separada, embora fosse permitida a subsistência de práticas locais tradicionais relativas aos funerais, enterro e aos túmulos; qualquer padre que permitisse a sepultura fora do cemitério seria afastado do seu cargo e ficaria impossibilitado de ser nomeado para outro.

Como estas leis não tiveram o efeito desejado Costa Cabral publicou novas leis de saúde, em 18 de Setembro de 1844, mais globais e radicais. Estas leis decretavam: 1 - fosse estabelecida uma rede nacional de «autoridades sanitárias». Entre os deveres dos novos funcionários constavam os de se oporem aos enterros dentro das igrejas, de passarem certidões de óbito e de cobrarem dinheiro por cada autorização para um cadáver ser enterrado, excepto às pessoas muito pobres. 2 - As disposições da lei anterior relativa à construção de cemitérios seria renovada, e reforçado o controlo das práticas ligadas ao enterro.

A resistência pública à aplicação destas leis foi forte no distrito de Viana, apesar do esforço que a Câmara fez andando pelas paróquias a demarcar terrenos. As autoridades não encontraram receptividade para pôr em prática estas medidas e muitas vezes as populações eram mesmo hostis, como aconteceu em Alvarães. Nesta freguesia do concelho de Viana, em 6 de Março de 1839, tendo o vereador Gabriel Pereira de Castro aí se deslocado para na sequência da deliberação da câmara, reunir com a Junta de Paróquia, pároco, e regedor e escolherem o terreno para o cemitério, não o puderam fazer porque o povo «em grande effervescência e desordens rompeo em excessos de palavras e ameaças a elle vereador ... foi necessário ao sobredito vereador acoutar-se por muito tempo na caza da residência do pároco e lá mesmo, a sua segurança pessoal esteve em perigo»⁸.

Apesar destas leis e das recomendações constantes da Câmara, nenhum cemitério foi construído até 1840, altura em que foi inaugurado o de Viana. Foi em 30 de Dezembro que pelo meio dia teve lugar na mata do extinto convento de Santo António a bênção do cemitério público com toda a solenidade. Estiveram presentes todas as autoridades civis e eclesiásticas da vila. Em 1841, de acordo com os registos da Câmara lamentava-se a incúria na sua conservação e sugeria-se que fosse transferido para outro lugar, o que muito agradaria aos habitantes da vila. Em 1842, já o cemitério tinha sido encerrado pelo Governador Civil. A Câmara vendo-se na impossibilidade de fazer cumprir a lei apelou para um exame ao solo do cemitério. O resultado demonstrou que o terreno era «absolutamente impróprio, não só pela sua qualidade de terreno argiloso..., mas como por não ter espaço necessário para o enterramento dos cadáveres e proximidade da povoação»⁹. Desta forma a Câmara saiu airoso perante o Governo e a população. Não precisou admitir que o verdadeiro motivo para o encerramento do cemitério foram os protestos populares, satisfizes a vontade popular e ainda pôde procurar outro local para cemitério sem causar celeuma.

A dificuldade na construção de cemitérios e aplicação das leis prendia-se com as normas e valores religiosos secularmente arraigados nas populações. As suas crenças não lhes permitiam «...enterrar os pobrezinhos dos mortos como cães, num quintal»¹⁰. A questão colidia com aspectos soteriológicos, animistas e até afectivos dos camponeses.

2 - OS PRIMEIROS MOVIMENTOS POPULARES NO DISTRITO

O espírito de rebelião que grassava por todo o distrito de Braga depressa se estendeu ao Alto Minho.

⁸ Arquivo Municipal de Viana, Copiador de 1839.

⁹ CABRAL, João de Pina; FEIJÓ, Rui Graça - Um conflito de atitudes perante a morte: a questão dos cemitérios no Portugal contemporâneo. In «A Morte no Portugal Contemporâneo». Lisboa: Quercus, 1985, p.193.

¹⁰ MARTINS, Oliveira – o.c., p.146.

Os primeiros sinais de agitação e perturbação da ordem verificaram-se em Ponte da Barca e Arcos de Valdevez. A maior parte dos revoltosos que invadiram estas vilas eram do distrito administrativo de Braga, mas rapidamente foram coadjuvados pelas pessoas do distrito de Viana.

Na Barca entrou no dia 16 de Abril, um grande número de povo «furioso e amotinado» com paus, fouceas, espingardas e chuços, em número de 2000 pessoas. Aí cometeram vários excessos. Entraram na secretaria da Administração do concelho, Alfândega e parte do arquivo da Câmara, dando golpes de machado em tudo o que encontravam, e incendiaram todos os papéis não escapando os próprios móveis. A casa do Administrador foi alvo de pilhagem e saque, tendo a sua própria vida corrido perigo, pois foi retirado de casa ao grito de «Viva D.Miguel - Morra Costa Cabral». As cadeias também foram arrombadas e os presos soltos.

Ainda no mesmo dia, mandaram quatrocentos homens para os Arcos, que invadiram a Administração do concelho e queimaram no arquivo todos os papéis pertencentes ao novo sistema das contribuições directas. Depois voltaram para Ponte da Barca.

Ponte de Lima foi igualmente acometida pelos amotinados que vinham de Braga, tendo as autoridades se retirado para a outra margem do rio¹¹.

Em Monção, um grande número de paisanos armados dirigiram-se à casa do Administrador do concelho, onde tiraram os impressos da contribuição e leis de saúde e queimaram-nos em praça pública. Após o que se dirigiram a Valadares, onde queimaram a Casa da Administração e Recebedoria, constando serem capitaneados pelo Abade de Cabreiras de cognome o «Barbas» e por Joaquim Pereira de Pias.

No concelho de Coura tinham-se repetido as mesmas cenas e nomeado autoridades. Depois os sublevados preparavam-se para atacar a praça de Melgaço¹².

A 19 de Abril já a sedição se tinha estendido a alguns concelhos de Viana, na margem esquerda do Lima onde se juntaram mulheres e homens armados de toda a maneira e destruíram e queimaram todos os papéis que encontraram, em especial os que respeitavam à contribuição de repartição¹³.

¹¹ Arquivo Nacional Torre do Tombo. Arquivo das Secretarias do Estado/ Ministério do Reino. Livro 3. Processo 148.

¹² Diário do Governo, nº103, 4 de Maio de 1846, p.489.

¹³ A.N.T.T., Livro 3. Processo 148.

O receio do Administrador de Viana era que os amotinados se dirigissem sobre a vila, como capital do distrito que era, pois temia pelos cofres e documentos «preciosos» que havia em Viana. Por isso, o Administrador de acordo com a autoridade militar tomou todas as precauções para a defender.

Segundo um documento do Governo Civil, os povos de todas as paróquias do distrito haviam levantado um brado de indignação contra o Ministério Cabral, mas de obediência à rainha D.Maria II e à Carta. O que não aconteceu na vila, porque Viana era a sede da autoridade cabralista e como tal, segundo o mesmo documento, «gemia calada sufocada pela força militar»¹⁴. Os povos das freguesias vizinhas, vendo tal, haviam por duas vezes ameaçado de a invadir para a resgatar do «jugo de ferro que a dominava»¹⁵.

No dia 22 de Abril aproximou-se da vila pelo lado da ponte uma porção de povo em número de 150 a 200 pessoas, mas não entraram porque uma força do regimento de infantaria 3 os dispersou, deixando um morto.

No dia 25 de Abril, apareceu pelo outro lado da vila, a menos de meia légua de distância, um maior número de povo, e aí permaneceu até a madrugada do dia 26, até ter aparecido a mesma força de infantaria 3 que os pôs em debandada, havendo um morto e seis prisioneiros¹⁶.

Segundo o Governador Civil de Viana os revoltosos não tinham chefes, pelo menos «ostensivos». E o seu grito de luta era ora à religião, ora a D.Miguel, ora às leis de D.João VI, ou mesmo de vivas a D.Maria II, mas sempre de «Morrão os Cabrais, abaixo as leis novas e os bilhetes dos mortos»¹⁷. Para este Governador não eram actos políticos mas meramente motivados pelas leis de saúde e contribuições directas, pelo que ele rogava ao Ministro do Reino que mandasse quanto antes suspender as exigências feitas pelas autoridades de saúde sobre os respectivos emolumentos, particularmente no que respeitava aos enterramentos, pois dizia «tire-se ao menos ao povo esse motivo de queixar-se, motivo que aliás é muito justo»¹⁸.

Esta opinião emitida pelo Governador Civil de Viana, quanto ao carácter das movimentações, coaduna-se com as versões oficiais. Costa Cabral em discurso na Câmara de Deputados afirmava: «todas as outras revoluções têm

¹⁴ Idem. Livro 3. Processo 189.

¹⁵ Idem, ibidem.

¹⁶ Idem, ibidem.

¹⁷ Idem. Livro 3. Processo 148.

¹⁸ Idem. Livro 3. Processo 148.

tido por bandeira um princípio político, mais ou menos, mas esta revolução é feita por homens de saco ao ombro e de foice roçadoura na mão, para destruir fazendas, assassinar, incendiar a propriedade, roubar os habitantes das terras, que percorrem, e lançar fogo nos cartórios, reduzindo a cinzas os arquivos»¹⁹.

Hoje, se podemos dizer que as revoltas careceram de uma organização durável, consistente e autónoma, não é linear que elas tenham sido acéfalas, espontâneas e imprevisíveis, como o foram para o poder instituído ou mesmo a oposição distante.

No distrito de Viana os motins começaram devido à efervescência dos eventos no distrito de Braga, que fizeram aflorar todo o descontentamento desta gente relativamente à legislação cabralista. A revolta das populações contra as cargas fiscais intensificou-se neste período por ser de estagnação do mercado e de produtos agrícolas onde se sentiu com bastante acuidade a falta de numerário. Aqui, parece não ter havido nenhuma revolta em que as mulheres liderassem, embora elas tivessem participado activamente ao lado dos homens como refere a documentação. Mas à semelhança do que aconteceu no distrito de Braga, a Igreja teve um papel activo através dos seus padres, estes não só forneceram o enquadramento organizativo e litúrgico, como constituíram peça importante nas revoltas. No Diário do Governo de 15 de Maio afirmava-se que foram os padres que premeditaram os motins valendo-se da arma da propaganda ideológica e utilizando o púlpito e o confessional «seduziram a simplicidade dos incautos abusando da consciência fraca, e do fanatismo de um sexo credulo»²⁰.

O que não oferece dúvida é o carácter anti-estatal e anti-moderno destas revoltas, na medida em que eram refractárias a qualquer mudança. Como salienta Oliveira Martins os amotinados « são contra os impostos, contra os enterramentos em cemitério ao ar livre, contra a mobilização dos bens das Misericórdias, contra o sistema de leis que tendiam a consolidar o novo Portugal, a acabar de arruinar um Portugal antigo que ainda para as populações rurais era o verdadeiro, o ditoso, o bom»²¹.

¹⁹ PEREIRA, Miriam - Revolução, Finanças, Dependência Externa. Lisboa: Sá da Costa, 1979, p.38.

²⁰ Diário do Governo, 15 de Maio de 1846, nº113, p.542.

²¹ MARTINS, Oliveira - o.c., vol.II, p.143.

3 – CONTINUAÇÃO DAS REVOLTAS

As várias tentativas das autoridades civis e militares para debelar as revoltas não impediram que elas reacendessem em alguns pontos do distrito. A não satisfação das exigências populares levou novamente à contestação.

Assim, no dia 8 de Junho, entraram armados nos Arcos os povos do Soajo e logo em seguida os de algumas freguesias do concelho, com o objectivo de obrigarem as autoridades e empregados antigos a retirarem da vila onde não os queriam «ver nem consentir», ameaçando de os prender e assassinar se dentro de vinte e quatro horas as autoridades os não mandassem sair para fora do concelho. Nesta excitação estes povos cometeram alguns excessos, nomeadamente a destruição de móveis nas casas dos ex-empregados públicos²².

Em 19 de Junho acontecimentos idênticos repetiram-se em Ponte de Lima. Os povos de Lage e outros concelhos vizinhos, em número de seiscentos e tantos homens, entraram armados na vila, com a finalidade de destituírem e deporem todas as Autoridades e empregados antigos que ainda funcionavam. Também praticaram violências análogas às dos Arcos²³.

Em relatório para o Ministério do Reino, o Governador Civil de Viana dizia que era grande a indisposição popular contra todos os funcionários públicos, de tal forma que confundiam os bons com os maus empregados. No mesmo relatório escrevia sobre os receios que tinha de que se reproduzissem na vila e concelho de Viana as mesmas cenas dos concelhos atrás citados, pois aqui teria consequências ainda mais desastrosas, pelo confronto que poderia haver entre os povos e o regimento de infantaria 3 ali estacionado. Como medida preventiva o Governador mandou que elegessem nos vários concelhos novos empregados e Administradores, do agrado do povo ou das comissões por eles criadas²⁴.

Nesta segunda fase de motins, ainda é mais evidente o seu carácter anti-estatal, pois os levantamentos são contra as autoridades e empregados ao serviço do governo, quase os únicos ainda ao serviço do cabralismo, pois as elites locais na sua maior parte passaram para a oposição. Temos o caso do conde de Almada que queria recuperar o seu Couto de Lanheses com a ajuda do povo armado. Não teve grande sucesso e acabou por ser preso²⁵.

²² A.N.T.T., Livro 3. Processo 189.

²³ Idem, ibidem.

²⁴ Idem, ibidem.

²⁵ Idem, ibidem.

Com a revolta emergiu o «registro escondido»²⁶ da população rural, ou seja, o conjunto de atitudes que relevam de uma contestação à ordem social e à cultura prevalentes: ódio à autoridade, desrespeito, ataque aos seus símbolos e mesmo tentativas de pôr fim ao poder dos «ricos».

4 - GUERRILHAS MIGUELISTAS

Os miguelistas desde 1842 estavam sob a condução de António Ribeiro Saraiva, ex-representante diplomático de D.Miguel em Londres, que estava convencido que a nível interno para fazer triunfar a causa do ex-rei era necessário angariar bons apoios para o êxito de uma revolta popular devidamente secundada com armas e generais. Ora os acontecimentos da Primavera de 1846, no noroeste português, proporcionaram-lhe o ensejo de concretizar tal plano. De imediato, expediu uma proclamação encabeçada «Em nome de sua magestade fidelíssima el rei o Senhor Dom Miguel I» e, depois, acertou com o General Macdonell a sua entrada em acção como comandante em chefe e coordenador das acções de guerrilha e revoltas populares locais.

Foi em nome de D.Miguel que nos Arcos, Barca, Ponte de Lima e Viana se tentou várias sublevações. No dia 7 de Julho, em algumas freguesias dos Arcos, Barca e Soajo tocaram o sino a rebate, a cujo toque se reuniram alguns paisanos que atacaram a vila dos Arcos, mas acabaram por ser dispersos por paisanos não afectos ao miguelismo²⁷. Em Agosto surgiram novamente notícias de que os sectários do usurpador circulavam por estes concelhos no sentido de levantarem o estandarte da revolta miguelista²⁸.

Em Viana, as autoridades temiam que na feira da Senhora da Agonia, em 16 de Agosto, os realistas se aproveitassem do ajuntamento de povo para içar a sua bandeira, pelo que pediram reforços militares²⁹.

Estes movimentos não tiveram qualquer êxito pois eram um conjunto de manifestações atomizadas, sem um plano geral articulador, que, aliás, ainda não se conhecia³⁰.

²⁶ SCOTT, James – *Domination and the Arts of Resistance: Hidden Transcripts*. New Haven, Yale University Press, 1990.

²⁷ Diário do Governo, 15 de Julho de 1846, nº164, p. 746-747.

²⁸ A.N.T.T., Livro 3. Processo 235.

²⁹ Idem, ibidem.

³⁰ BRISSOS, José - *A insurreição miguelista nas resistências a Costa Cabral 1842-1847*. Lisboa: Colibri História, 1997, p.90.

À medida que nos afastamos de Abril diminuem as grandes movimentações de povos para haver as de guerrilhas e de exércitos. E no Alto Minho a acção guerrilheira foi particularmente intensa no mês de Julho.

Em Viana em 2 de Julho, um indivíduo da vila conseguiu aliciar três ou quatro soldados que haviam desertado e, arvorando-se comandante, reuniu a uma légua de distância uns vinte homens para formarem uma guerrilha miguelista³¹.

Durante o mês de Julho circularam pelo distrito imensas guerrilhas. Uma que esteve muito activa foi a dos Abreus, capitaneada pelos irmãos Francisco de Abreu Coutinho e José Maria Coutinho de Abreu, antigos oficiais do exército realista. A sua área geográfica de actuação circunscreveu-se ao distrito de Viana: Neves, Geraz do Lima, Ponte de Lima, Arcos, Ponte da Barca e Soajo. Em Ponte de Lima ficou célebre porque ousou atacar as forças leais de Ponte de Lima, acabou por ser duramente batida, teve muitas baixas e o resto da guerrilha dispersou, mas ainda conseguiu juntar alguns homens no distrito de Braga, principalmente ladrões e turbulentos³².

Ainda em Julho o comandante da força de infantaria 3 perseguiu uma guerrilha realista que se encontrava nas Neves mas que eles só alcançaram entre Deocriste e Deão, sobre as montanhas, e que era composta por duzentos homens. Da luta resultou sete mortos e dois prisioneiros, os restantes fugiram para Ponte de Lima. Aí tencionavam as forças militares aniquilá-la completamente com a ajuda da força militar de Valença³³. A guerrilha Miguelista dos irmãos Coutinhos percorreu estas mesmas terras, mas foi igualmente batida perdendo doze indivíduos, dez morreram e dois foram feitos prisioneiros³⁴.

Eram grupos que actuavam isoladamente, não faziam parte de uma estratégia geral, daí a sua pouca duração. Com a chegada do General Macdonell em Agosto é que começaram a organizar uma estratégia militar, embora alguns resultados práticos apenas se tenham observado em Novembro. Só que enquanto o General preparava uma estratégia de acção, as forças estatais reforçavam as suas posições de vigilância e repressão, sem que os miguelistas tivessem conseguido estender a tentativa de restauração.

³¹ Diário do governo, 9 de Julho de 1846, nº159, p.726.

³² Idem, 15 de Julho de 1846, nº164, p.746-747.

³³ A.N.T.T., Livro 3. Processo 189.

³⁴ Diário do Governo, 16 de Julho de 1846, nº165, p.750-751.

O plano de Macdonell não teve grande êxito pois em Dezembro, a facção miguelista reunida em Braga, apenas se compunha de 800 a 900 homens paisanos, todos em estado miserável, e comandados por Macdonell, padre Casimiro Vieira, Abade de Prisos e um Garcia, emigrado espanhol³⁵. As guerrilhas que ainda circulavam pelo território do Alto Minho também não se encontravam em muito bom estado, como a que estava acampada na freguesia de Cerdal, a uma légua de Valença, era composta por cento e cinquenta homens, todos aldeãos «miseráveis e rotos», armados de paus, chuços e alguns de espingardas. Eram capitaneados por um ex-coronel e dois oficiais realistas³⁶.

A aventura guerrilheira miguelista, porém, revelar-se-ia trágica. Macdonell tinha uma visão de restauração promovida através de forças regulares, inscrita em padrões clássicos, daí o seu alheamento face às guerrilhas, pois estas saíam fora dos esquemas convencionais de táctica militar. A situação em que se movia a ténue insurreição miguelista exigia uma articulação entre os dois tipos de força, visão convencional de comando e prática guerrilheira, que não se verificou. O resultado foi a debilidade do movimento realista. Com a morte do General e a união à Junta do Porto perdeu-se a tentativa de restauração.

5 - A REVOLTA DO PINOTES

A 6 de Outubro de 1846 o governo saído da Maria da Fonte foi demitido pela Rainha, e Palmela substituído pelo Marechal Saldanha. As eleições convocadas para Dezembro foram canceladas e vários cabralistas foram reintegrados nos seus empregos. As revoltas reacenderam-se, a anarquia estava iminente. Para a evitar, no Porto, foi criada uma Junta de Governo, presidida pelo conde das Antas. Viana aderiu ao movimento de rebeldes do Porto, elegendo também uma Junta de Governo. Esta Junta demitiu as autoridades administrativas e perpetró algumas prisões.

A 20 de Outubro deu-se em Viana uma proclamação Cartista. Nesse dia um tenente de infantaria, Jacinto Mendes, de alcunha o Pinotes, acompanhado de 50 soldados, saiu ao Campo do Forno a dar vivas à Carta e Rainha. Depois

³⁵ Idem. Livro 3. Processo 317.

³⁶ Idem, *ibidem*.

de soltarem os presos dirigiram-se para o Castelo que logo se rendeu. Pinotes nomeou novas autoridades e reintegrou todos os funcionários públicos que haviam sido demitidos³⁷.

No dia 21, Viana era invadida por várias forças de populares armados de chuços e fouces, vindos das freguesias de além-rio, em número de quatrocentos e comandados pelo Meira de Anha, Agostinho Fernandes de Darque e João Delgado das Neves. Foram para o adro de S.Domingos e aí receberam vinte e três espingardas que havia na Administração do concelho. Depois colocaram-se em posições estratégicas. Um grupo ficou colocado à entrada da rua do Castelo, outro tomou posição no campo da Penha. Pinotes respondeu, mandando sair do castelo um piquete de vinte homens que atacaram os populares. Do confronto resultou dois feridos graves³⁸.

No dia 22, começaram a entrar na vila os povos dos Arcos, Barca e Ponte de Lima, seguindo-se-lhes os de Geraz, Vitorino, Lanheses e de outras partes que formariam o número de três mil homens, metade armados com espingardas, os outros de foices e chuços, vinham chefiados por alguns ilustres, António Pereira da Silva de Bertandos, Nicolau Calheiros Magalhães, António Pereira de Sá Sotto-Mayor, entre outros. Só os povos das freguesias vizinhas da vila não se envolveram³⁹.

Perante este cenário, isolados e cercados os de dentro do Castelo falavam em capitulação. Pinotes, num acto desesperado mandou bombardear a vila. No dia seguinte apareceu morto sem que se soubesse por quem⁴⁰. Sem líder, o grupo que estava pela Rainha capitulou.

Nesse mesmo dia os populares entraram no Castelo, hostis e desorientados queriam fazer justiça pelas próprias mãos. Os do Castelo encontravam-se todos no local da prisão chamada da Roqueta. O povo queria que eles saíssem, as autoridades não os conseguiam controlar e quando a situação tinha chegado a um ponto crítico, ouviu-se um cântico religioso e viu-se aparecer um grupo de sacerdotes alçando uma cruz. Aquela aparição, quase sobrenatural, aquietou os ânimos. À passagem da procissão a multidão ia-se afastando, então Frei Francisco

³⁷ CALDAS, José - História de um Fogo-Morto. Viana do Castelo: Câmara Municipal, 1990, p.732.

³⁸ FEIJÓ, Rui - A revolta do Pinotes. Mobilização rural e urbana em Viana no tempo da Patuleia. Ler História, nº2, 1983, p.68-69.

³⁹ Idem, ibidem, p.71.

⁴⁰ CALDAS, José - o.c., p.738.

de Sales dirigiu-se-lhe e pediu piedade para os infelizes, depois saiu cantando ao que se lhe seguiu a multidão até a matriz, onde se celebrou um Te Deum em acção de graças⁴¹.

Não estava, contudo, terminado este episódio. Em Viana a anarquia era enorme, entre partidários da Rainha e Carta, setembristas e adeptos de D.Miguel. Mas a vila permanecia, por enquanto, fiel aos patuleias. Entretanto, chegou a notícia de que os patuleias vinham a ser perseguidos por um comandante patuleia - Casal. Os cabralistas Vianenses, com esta notícia, ganharam ânimo e mesmo sem esperar Casal fizeram o levantamento da vila pela Rainha. Dias depois chegou Casal e a vila exultou em vivas a D.Maria II⁴².

Aquele contingente não se demorou na vila e esta ficou novamente entregue a si mesma. Nesse período de tempo começaram a chegar notícias de que as forças patuleias estavam a marchar do Porto sobre Braga. Viana ficou aterrorizada. O comando do Castelo foi assumido pelo general Francisco Sobral, a que se seguiu Sá Malheiro.

No dia 15 de Fevereiro de 1847, o conde das Antas entrou na vila. A guarnição que estava pela causa da Rainha meteu-se no Castelo e, sentindo-se ameaçada pelo contingente que vinha com o conde das Antas, decidiu bombardear a vila durante hora e meia.

No dia 18 de Fevereiro, o conde deixou a vila em direcção a Barcelos, pelo que a guarnição do Castelo saiu a dar vivas à Rainha e à Carta.

No dia 14 de Março o conde das Antas voltou a entrar em Viana. Os confrontos deram-se nos dias que se seguiram, acabando os do Castelo, agora novamente sob o comando de Sobral, por ser vencidos. Sobral numa «reminiscência cavaleiresca» como diz José Caldas, resolveu ir entregar as chaves do Castelo à Rainha, como prova de que foram vencidos mas não dominados⁴³.

Em Junho, intervieram as forças espanholas em favor da Rainha e assinou-se no Gramido a paz.

Como recompensa, em Janeiro de 1848, a Rainha concedia a Viana a carta que a elevava a cidade com o nome de Viana do Castelo.

⁴¹ Idem, ibidem, p.751.

⁴² Idem, ibidem, p.758.

⁴³ Idem, ibidem, p.763.

Em conclusão, podemos dizer que esta foi uma revolta militar, e que teve um cariz político bem evidenciado pelo facto de se situar bem no centro da conjuntura política - início da guerra civil - e por alinhar com um dos movimentos político-ideológicos nacionais. Isto significa que a parte urbana da vila movimentou-se no quadro institucional e político convencionado pelo Estado Liberal. A vida política da vila tinha acompanhado a evolução para um Estado moderno.

As bases sociais de apoio da revolta encontravam-se nos militares e nos empregados públicos. Ou seja aqueles grupos que cresceram à sombra do aparelho de Estado, nomeadamente do cabralismo. Junto das camadas mais ricas obteve pouco eco, bem como das camadas populares.

A mobilização popular foi grande mas contra a revolta. Teriam afluído à vila cerca de quatro mil homens, armados da forma mais tradicional e decididos a vingarem-se dos gravames infligidos por Pinotes e seus amigos durante as eleições. Foi isto que os fez mover e não propriamente as ideologias políticas. Essa mobilização, contudo, não foi unânime em todas as freguesias. Aquelas mais próximas da vila não responderam nem ao chamamento das autoridades nem dos revoltosos. Rui Feijó põe a hipótese de tal ter acontecido por eles não terem líderes que assumissem a chefia da mobilização⁴⁴. Neste caso, a espontaneidade da adesão popular é completamente posta de lado, pelo menos relativamente à acção e generalização da luta.

Nesta revolta ficou mais uma vez realçada a força do clero e o poder da religião. Só o aparecimento do padre com a cruz alçada foi capaz de conter a multidão. O povo não foi sensível nem aos argumentos das autoridades nem dos notáveis, só os argumentos da «Santa Religião» e o cumprimento dos seus justos preceitos conseguiram demover e canalizar as massas noutra direcção.

Também ficou evidenciado ao longo desta revolta que foram algumas das pessoas de «influência» que lideraram os populares, portanto deu-se um aproveitamento político por parte destes indivíduos, muitos dos quais da pequena aristocracia.

Relativamente à restante população da vila, marinheiros, carpinteiros, tanoeiros, não parece terem tido grande participação no movimento.

⁴⁴ FEIJÓ, Rui - o.c., p. 73.

O insucesso da revolta do Pinotes deveu-se ao isolamento em que se encontrou quer militar, fruto das diligências empreendidas pelas autoridades locais, quer isolamento popular, pois a mobilização rural foi intensa mas contra a causa de Pinotes⁴⁵.

CONCLUSÃO

Estas revoltas começaram por ter um carácter tradicional, sem ideário político, mais de luta anti-estatal. Em que estavam em causa valores como a família e relacionados com o ritual que a legislação progressista de Costa Cabral punha em causa, daí o camponês, como afirma Joyce Riegelhaupt, soube «reconhecer correctamente o seu inimigo: o novo Estado liberal em desenvolvimento»⁴⁶.

Numa segunda fase do movimento, a revolta evoluiu para formas de luta mais politizadas e organizadas militarmente. A mobilização urbana ocorre num espaço onde o enquadramento civil e político por parte do aparelho de Estado é já muito forte.

Dessa forma se o mundo rural reagia ao Estado Liberal rejeitando-o, o urbano, não o aceitando, atacava mais a gestão do que a estrutura desse mesmo Estado⁴⁷.

⁴⁵ Idem, *ibidem*, p. 80.

⁴⁶ RIEGELHAUPT, Joyce - Camponeses e Estado Liberal: a revolta da Maria da Fonte. In «studium Generale - Estudos Contemporâneos». Porto, 1981, nº213, p.138.

⁴⁷ FEIJÓ, Rui - Mobilização rural e Urbana na «Maria da Fonte». In «O Liberalismo na Península Ibérica na primeira metade do século XIX». Lisboa: Sá da Costa, 1982. 2º vol., p.183-191.